

**A convivência e o fortalecimento de vínculos no Centro Educacional Dom Bosco, Natal-RN: perfil dos usuários e caracterização do serviço**

**Coexistence and strengthening of bonds at the Dom Bosco Educational Center, Natal-RN: user profile and service characterization**

**Coexistencia y fortalecimiento de vínculos en el Centro Educativo Dom Bosco, Natal-RN: perfil de usuario y caracterización del servicio**

Recebido: 22/06/2026 | Revisado: 11/09/2026 | Aceito: 09/10/2026 | Publicado: 09/10/2026

DOI: 10.21680/2675-8512.2026v9n1ID44396

**Yasmin Kauane da Costa Carlos** | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil | E-mail: [ykauane364@gmail.com](mailto:ykauane364@gmail.com) |

<https://orcid.org/0009-0005-6308-2589>

**Jássio Pereira de Medeiros** | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil | E-mail: [jassio.pereira@escolar.ifrn.edu.br](mailto:jassio.pereira@escolar.ifrn.edu.br) | <https://orcid.org/0000-0003-0922-7087>

## **Resumo**

Em uma sociedade com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tornam-se necessárias ações que garantam as necessidades básicas desse público. Assim, a presente pesquisa visa analisar o perfil dos usuários e as características do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executado no Centro Educacional Dom Bosco, no período de 2020 a 2024. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, a partir de uma análise por triangulação de dados, utilizando entrevista e questionário como instrumentos de coleta. Os resultados apontam que a maioria dos usuários do serviço era composta por pessoas do sexo masculino, com idades entre 14 e 15 anos, residentes na zona norte do município de Natal-RN, que moravam com os pais em casas cedidas por terceiros e estudavam em escolas municipais no turno matutino. Os pais desses usuários possuíam, em sua maioria, o ensino fundamental completo e uma renda familiar entre R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 para sustentar famílias compostas por cinco a seis pessoas. De forma geral, os dados evidenciam a situação de vulnerabilidade econômica vivenciada pelos alunos e suas famílias, bem como a relevância da atuação socioeducativa da instituição estudada.

**Palavras-chave:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Assistência Social. Centro Educacional Dom Bosco. Centro de Referência de Assistência Social.

## **Abstract**

In a society with children and adolescents in situations of social vulnerability, actions are necessary to ensure the basic needs of this population. Thus, this research aims to analyze the profile of users and the characteristics of the Coexistence and Strengthening of Bonds Service (SCFV) carried out at the Dom Bosco Educational Center, from 2020 to 2024. To this end, a descriptive and exploratory research was developed with a qualitative-quantitative approach,

based on a data triangulation analysis, which included interviews and questionnaires as data collection instruments. The results indicate that the majority of service users were males, aged between 14 and 15, who lived in the northern area of the city of Natal-RN, living with their parents, in a house provided by third parties, who studied in municipal schools in the morning shift. The parents of these users had, for the most part, completed elementary school and had a family income of between R\$600.00 and R\$1,000.00 to support a family of 5 to 6 people. In general, these data demonstrate a situation of economic vulnerability of the students and their families, as well as the relevance of the socio-educational work of the institution under study.

**Keywords:** Coexistence and Strengthening of Ties Service. Social Assistance. Dom Bosco Educational Center. Social Assistance Reference Center.

### Resumen

En una sociedad con niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social, se hacen necesarias acciones que garanticen las necesidades básicas de esta población. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo analizar el perfil de los usuarios y las características del Servicio de Convivencia Social y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV), implementado en el Centro Educativo Dom Bosco, de 2020 a 2024. Para ello, se realizó una investigación descriptiva y exploratoria, con un enfoque cualitativo-cuantitativo, basado en un análisis de triangulación de datos, utilizando entrevistas y cuestionarios como instrumentos de recolección de datos. Los resultados indican que la mayoría de los usuarios del servicio eran varones, de entre 14 y 15 años, residentes en la zona norte del municipio de Natal-RN, que vivían con sus padres en casas proporcionadas por terceros y estudiaban en escuelas municipales en el turno de la mañana. Los padres de estos usuarios en su mayoría habían completado la educación primaria y tenían un ingreso familiar de entre R\$600,00 y R\$1.000,00 para sustentar familias de cinco a seis personas. En general, los datos ponen de manifiesto la situación de vulnerabilidad económica que sufren los estudiantes y sus familias, así como la relevancia de la labor socioeducativa de la institución estudiada.

**Palabras clave:** Interacción social y fortalecimiento de vínculos. Asistencia social. Centro educativo Dom Bosco. Centro de referencia de asistencia social.

### INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 determina que a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, sendo definida como uma política pública (Brasil, 1988). Ainda em 1988, foi aprovado o primeiro texto referente à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Oliveira, 2023). Posteriormente, em 7 de dezembro de 1993, foi instituída a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n.º 8.742, que estabelece um conjunto integrado de ações entre Estado e sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos (Brasil, 1993). Anos depois, em 2005, com a LOAS propondo diretrizes e conceitos estruturantes, foi consolidado e implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Santos *et al.*, 2023).

Oliveira (2023) entende que o SUAS representou um avanço para a organização descentralizada e articulada da política de assistência social. Esse sistema é dividido em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) (Santos *et al.*, 2023). A PSB é voltada à população em situação de vulnerabilidade social e/ou com vínculos afetivos fragilizados (Pêgo; Silva; Souza, 2023). A principal referência da PSB é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), espaço que possibilita o acesso das famílias a garantia de direitos socioassistenciais de forma integral (Avelar, 2024).

Nesse contexto, um dos serviços ofertados pelo CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cujo objetivo é prevenir situações de risco social, complementando o acolhimento social com as famílias (Brasil, 2014), de modo a atuar proativamente frente à vulnerabilidade e aos riscos sociais (Oliveira, 2023).

Sob essa perspectiva, é fundamental compreender que, desde a publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), foram estabelecidas normas para que o SCFV possa ser oferecido também por instituições distintas do CRAS, como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Referenciado ao CRAS, o SCFV pode ser desenvolvido por outra unidade pública ou por entidades/organizações de assistência social (Brasil, 2024). Na visão de Baccelli (2021), o terceiro setor assume funções muitas vezes negligenciadas pelo poder público, mas complementar ao poder público. Além disso, destaca que as ações desenvolvidas por esse setor são tão relevantes quanto as realizadas pelo CRAS, pois contribuem significativamente para a efetivação dos serviços sociais.

Sob outra perspectiva, no estudo de Neves *et al.* (2024), os autores analisaram os comportamentos de crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV no Instituto Cultural e Esportivo Meu Futuro, localizado em Guarulhos-SP, e demonstraram que, entre os indivíduos assistidos por OSCs, há uma maior necessidade de fortalecimento dos vínculos e das redes de proteção para a garantia de seus direitos. Os estudos de Alcarria, Martins e Costa (2022) reafirmam a importância do trabalho em Rede e mostra como ocorre o desenvolvimento de crianças e adolescentes no enfrentamento das vulnerabilidades em que se encontram.

O Centro Educacional Dom Bosco (CEDB), localizado no Conjunto Gramoré, no bairro Lagoa Azul, em Natal-RN, possui uma parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), por meio da qual são executadas atividades voltadas ao atendimento de serviços socioassistenciais no âmbito do SCFV. O projeto denominado Oratório atende indivíduos com faixa etária entre 6 e 17 anos e, até 2024, já havia beneficiado mais de 700 adolescentes provenientes das zonas Norte e Oeste, regiões administrativas de Natal. As

atividades são realizadas de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino. Todo o projeto tem como propósito transformar a realidade desse público, que, em sua maioria, vivencia situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Além disso, é realizado acompanhamento das famílias a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que faz parte da gama de serviços ofertados pelo CRAS e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, ofertado/oferecido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), quando o direito da criança ou do adolescente encontra-se violado (Natal, 2023).

O nome atribuído ao projeto do CEDB, *Oratório*, remete aos costumes de Dom Bosco de acolher três grupos de jovens: meninos em situação de abandono, meninos que saíam da prisão e rapazes vindos do interior (Bosco, 2012). O Oratório foi criado em 1840 pelo Padre João Cocchi e adaptado às necessidades dos tempos de São João Bosco, em 8 de dezembro de 1841. Para Bosco (2012), era essencial que houvesse um oratório festivo nas obras salesianas. Peixoto, Veras e Borges (2023) refletem que o santo foi exemplo de um ser humano que integrou espiritualidade e ação social.

Dessa forma, embora existam trabalhos sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Brasil, quando se restringe a análise à faixa etária de 6 a 17 anos, no estado do Rio Grande do Norte, as contribuições tornam-se escassas. Assim, esta pesquisa representa uma contribuição relevante para a literatura, por se tratar de um estudo atual que fornece informações sobre as atividades desenvolvidas por meio da parceria entre a SEMTAS e o Centro Educacional Dom Bosco, de Natal-RN, estimulando discussões sobre os serviços socioassistenciais. As informações disponibilizadas servem como indicadores para o aprimoramento da prestação desses serviços.

Nesse cenário, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: como se dá a implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro Educacional Dom Bosco, no período de 2020 a 2024? Desse modo, tem como objetivo geral analisar a execução do SCFV nessa instituição, no intervalo de 2020 a 2024.

O artigo foi estruturado a partir desta introdução, seguido pela fundamentação teórica, na qual se realizou uma revisão da literatura sobre as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil, bem como sobre a configuração do SCFV no contexto nacional. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, as considerações finais.

## **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

A partir de agora serão discutidos temas para se entender a partir de quando as crianças e adolescentes passaram a receber um cuidado especial por parte do Estado, por meio de uma ordem cronológica dos acontecimentos e de como funciona este, que é um dos principais serviços ofertados pelos Centros de Referência em Assistência Social.

### **Contextualização sobre as políticas públicas para as crianças e adolescentes no Brasil**

Primeiramente entende-se ser necessário apresentar a definição de políticas públicas. Nesse sentido, para Santos e Vasconcelos (2023) elas são ações e medidas formuladas com o propósito de aperfeiçoar a vida em comunidade e garantir os direitos fundamentais. Boneti (2007) acrescenta que, além de nascerem do contexto social, essas intervenções são resultados das relações de poder, seja econômico, político ou advindo das demais organizações da sociedade civil. De modo que o Estado é o mediador, aquele que vai repassar à sociedade as decisões acerca das intervenções administrativas na sociedade. Quando se aplica essa perspectiva às crianças e aos adolescentes, essas ações são observadas nos eixos da educação, saúde, moradia, segurança e acolhimento desses indivíduos.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, no artigo 227, instituiu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos fundamentais e a assistência social às crianças e aos adolescentes (Brasil, 1988). Nesse contexto, surgiu a Lei n.º 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionada em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (Brasil, 1990). Além do ECA, um marco histórico voltado exclusivamente para indivíduos com menos de 18 anos foi a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e ratificada no Brasil em 24 de setembro de 1990. Esse documento estabelece os direitos fundamentais, bem como o bem-estar, a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (ONU, 2019).

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de medidas voltadas ao público infantojuvenil, uma vez que a elaboração de políticas públicas que respondam às demandas específicas de cada fase do desenvolvimento é essencial (Crauser; Laeber, 2023). Nesse sentido, em 2016 foi criada a Lei nº 13.257, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para crianças de até 6 anos (Brasil, 2016). Cabe destacar que, com a promulgação dessa lei, foram alterados dispositivos da Lei nº

8.069/1990, especialmente o artigo 3º, que passou a vigorar com o acréscimo de um parágrafo único, reforçando os direitos de todas as crianças e adolescentes.

Silva *et al.* (2023b) relatam que as políticas voltadas para o público infantojuvenil têm se mostrado cada vez mais desafiadoras, uma vez que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vêm sendo frequentemente invalidados. Conforme o relatório *Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência*, da UNICEF (ONU, 2022), os direitos das crianças e adolescentes são interligados e indissociáveis. No entanto, quando não têm acesso a benefícios básicos, como moradia adequada, água e saneamento, informação, segurança e educação, significa que vivem em situação de pobreza em suas diversas dimensões.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2022, na Região Nordeste, 22,5% dos jovens viviam em situação de extrema pobreza, enquanto 75,5% estavam em situação de pobreza. Esses índices referem-se a jovens que não estudam e que não estão inseridos no mercado de trabalho. Sob esse mesmo ponto de vista, pensar as políticas públicas voltadas à educação básica como um dos principais eixos para a transformação e o desenvolvimento da coletividade significa investir em uma das ferramentas mais eficazes para a construção de uma sociedade justa, contribuindo para o crescimento social e econômico do país, além da redução da pobreza (Santos; Vasconcelos, 2023). Assim, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas educacionais. Ademais, investir na educação, sobretudo na primeira infância, configura-se como uma forma estratégica de romper com o ciclo intergeracional da pobreza e combater a infantilização (Bortot; Moura, 2024).

Além disso, quando uma criança ou adolescente não tem assegurado o direito à educação, é possível que outros direitos também estejam sendo negligenciados, considerando que a trajetória vivenciada por esse grupo costuma ser marcada por múltiplas situações de vulnerabilidade e violência juvenil (Takeiti *et al.*, 2020). Nesse sentido, os autores destacam territórios recorrentes da vulnerabilidade, como a violência doméstica ou intrafamiliar, a discriminação e os homicídios. Tais fatores evidenciam as fragilidades que afetam diretamente o desenvolvimento integral desses indivíduos.

O artigo 5º do ECA estabelece que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetido a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. Todavia, esse público infantojuvenil ainda é alvo de diversas formas de violação de direitos, como violência psicológica, física e sexual, além de negligência e abandono (Brasil, 2010).

Em consonância com esse panorama, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que a violência é a principal causa de morte entre jovens no Brasil (IPEA, 2023).

A mesma pesquisa destaca que muitos desses indivíduos não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica, o que reforça ainda mais a urgência de investimentos na área educacional (IPEA, 2023). Nesse contexto, merece destaque o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, criado em 2006, que estabelece políticas protetivas específicas voltadas a esse público (Brasil, 2006). Diante dos dados apresentados pelo IBGE, IPEA e pelo Ministério da Saúde, torna-se evidente que crianças e adolescentes ainda não estão sendo devidamente protegidos.

Diante disso, Santos e Vasconcelos (2023) enfatizam a importância da efetivação de políticas públicas como forma de garantir que o Estado cumpra sua responsabilidade de oferecer serviços básicos à população, principalmente crianças e adolescentes, como saúde, segurança, educação, assistência social, entre outros. Por fim, é imprescindível que os gestores públicos desenvolvam um olhar sensível e estejam comprometidos com a implementação de ações contínuas e permanentes voltadas a esse público, a fim de assegurar a proteção e a efetivação de seus direitos.

### **Configuração do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes no Brasil**

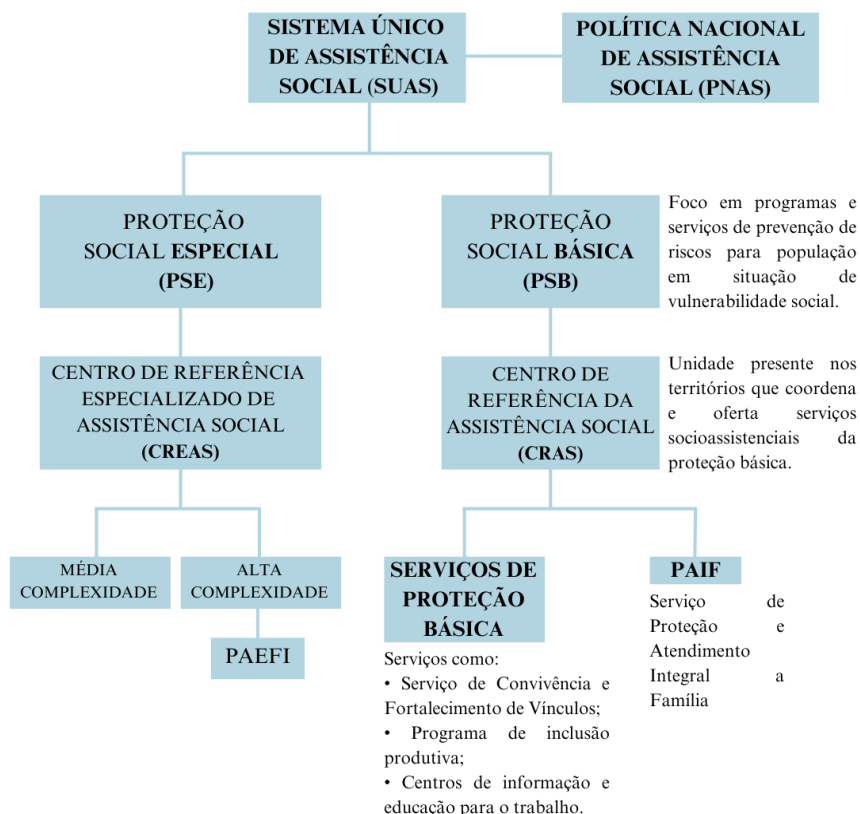
Na busca pela proteção integral dos cidadãos que vivem em áreas de vulnerabilidade, e como forma de cumprir o que estabelece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, foram implementadas políticas sociais em diferentes esferas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) determina que a política de atendimento a esses indivíduos deve ser realizada por meio de um “conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

A partir da promulgação da Constituição Cidadã, foi publicada a LOAS n.º 8.742, que estabelece normas e critérios para a organização da assistência social no país (Brasil, 1993). Essa legislação foi posteriormente atualizada pela Lei n.º 12.435/2011 (Brasil, 2011). Para viabilizar a execução do que foi determinado por essas normas, foi criado o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprovou a PNAS de 1998. No entanto, esses avanços ainda não foram suficientes para consolidar plenamente os princípios constitucionais nem a efetivação da LOAS (Lima *et al.*, 2023).

Em 2003, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília-DF, a qual reforçou a necessidade de criação e implementação do Sistema Único de Assistência

Social (SUAS) (Brasil, 2004). Em decorrência disso, em 2004, foi elaborada uma nova versão da PNAS que, segundo Lima *et al.* (2023, p. 3), “traz um redesenho da política na perspectiva da execução do SUAS”. Todas as funções atribuídas ao SUAS estão descritas no Quadro 1.

**Quadro 1** - Síntese dos serviços disponibilizados pelo SUAS



Fonte: Projeto Unidos Pela Primeira Infância (2024), adaptado pelos autores.

As práticas da política de assistência social são divididas em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB foca em programas e serviços de cuidado de riscos para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Já a PSE tem sua atenção voltada para o apoio em situações de riscos sociais e violação dos direitos (Projeto Vínculos Unidos pela Primeira Infância, 2024). Para o cumprimento do que é proposto pela PSE, os municípios de pequeno, médio e grande porte, inclusive as metrópoles, dispõem do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Luzia; Liporoni, 2023). E, ainda em relação a essa situação, vale mencionar que a proteção especial tem suas atividades diferenciadas, consoante os níveis de complexidade, média ou alta, à medida da realidade vivenciada pelo indivíduo ou pela família (Godoy; Mansano, 2023).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), quanto aos ofícios oferecidos no CREAS, estabelece cinco modalidades de serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Paralelo a isso, os Centros de Referência de Assistência Social fazem parte da Proteção Social Básica e oferecem os seguintes serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (Brasil, 2014). Diante disso, Ferraz e Barria (2023) declaram os CRAS como porta de entrada da Política de Assistência Social, em virtude da organização estabelecida pelo centro e da capacidade de se manter o mais próximo possível das famílias atendidas. Aliás, cabe ao CRAS duas funções exclusivas: gestão territorial e execução do PAIF (Brasil, 2016).

Consequente, o Caderno de Orientações (Brasil, 2016), disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, explica que os serviços socioassistenciais oferecidos pelo CRAS podem ocorrer no respectivo território de abrangência, ou seja, no próprio CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, ou por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social, referenciadas ao CRAS.

Para a Política Nacional de Assistência Social (2014), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se configura como um serviço complementar ao Programa de Atenção Integral à Família. Surgiu mediante a unificação das regras relacionadas aos serviços do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), bem como aqueles que envolvem o público idoso, rearranjo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (Dias; Severo, 2020).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), o SCFV possui um caráter preventivo e proativo, além de ter como objetivo a defesa e afirmação dos direitos e o desenvolvimento de capacidade e potencialidades dos usuários. As atividades podem ser ofertadas para crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e idosos a partir de 60 anos.

Segundo Neves *et al.* (2024), todos os trabalhos realizados pelo SCFV, como as dinâmicas, os debates, as rodas de conversas e os vídeos, buscam proporcionar momentos de convivência e socialização, e estimular o desenvolvimento dos indivíduos e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Dessa maneira, conforme o documento intitulado “Perguntas Frequentes do SCFV” (Brasil, 2022), o SCFV cumpre com o seu objetivo de complementar o trabalho social com as famílias em situação de vulnerabilidade e promover o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais.

### Resultados de estudos correlatos

Embora poucas publicações relacionadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tenham sido encontradas nas bases de dados dos repositórios: Spell, *Scientific Periodicals Electronic Library* (Anpad), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Google Scholar, foi elaborado um quadro, como mostrado a seguir, que serve como resumo dos principais artigos relevantes para o estudo, com seus principais objetivos e resultados das pesquisas. Os resultados dos estudos correlatos serão apresentados, conforme o quadro 2 e discutidos para associar as contribuições dos autores com as respostas desta pesquisa.

**Quadro 2** - Resumo dos estudos correlatos

| Referência do Trabalho<br>(ABNT NBR 6023/2018) | Objetivo da Pesquisa                                                                                                                                                                                                                           | Principais Resultados                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Minatel e Andrade<br>(2020)                    | Por meio de um relato de experiência de intervenção em terapia ocupacional, o estudo visa relatar a experiência com essas crianças e adolescentes em um SCFV. O estudo acontece em um interior do estado de Sergipe.                           | O processo de prática revelou a necessidade de mais terapeutas para os programas socioassistenciais e a sua importância na conscientização e ação, para que esse público sejam protagonistas em suas famílias e comunidades.                                                       |
| Bacelli (2021)                                 | O artigo tem como finalidade apresentar as contribuições do terceiro setor para a consolidação dos direitos sociais de crianças e adolescentes. Isso é realizado por um relato de experiências de um SCFV localizado na Baixada Santista - SP. | Os autores perceberam que o espaço se configura como um meio para que as transformações sociais fossem possíveis de acontecer.<br>O terceiro setor atua como uma ferramenta significativa para garantir e viabilizar os direitos instituídos pela Constituição Federal e pelo ECA. |
| Gomes, Maheirie e<br>Corrêa (2022)             | Relatar a experiência junto aos jovens de periferias, atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da cidade de Florianópolis-SC. Durante o estágio, ocorreu a problematização das possibilidades                       | A escuta coletiva permite aos usuários atendidos um espaço para falarem do seu cotidiano e proporcionarem um lugar de fala. Além disso, mostra-se o alto grau de importância do espaço coletivo.                                                                                   |

|                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                            | e desafios em grupo como instrumento de intervenção psicossocial.                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Carlos e Silva (2022)      | O estudo tem como intuito discutir os princípios, objetivos e metodologias de ensino para as unidades que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público infanto-juvenil.                                                                                         | Em virtude do que foi discutido, os escritores destacam a proposta pedagógica como bússola para as ações que o SCFV deseja realizar, para poderem alcançar os objetivos educativos sugeridos.                                                                                                                  |
| Neves <i>et al.</i> (2024) | Apresentar os aspectos motivacionais, autovalorização e mudanças de comportamentos das crianças e adolescentes em um SCFV. Visando proporcionar uma oportunidade para construir uma vida melhor. O serviço é ofertado pelo Instituto Cultura e Esportivo Meu Futuro localizado em Guarulhos-SP. | O público infanto-juvenil acompanhado por Instituições do Terceiro Setor, acha-se à margem da sociedade com sentimento de exclusão e inferioridade. Dessa forma, necessitando de maior atenção, cuidado, fortalecimento de vínculos, da unificação de redes de proteção e implementação de políticas públicas. |
| Silva (2023)               | Refletir sobre a realidade dos jovens que participam do SCFV, localizado em São Leopoldo-RS. A pesquisa é realizada no pior período da pandemia da COVID-19, no ano de 2020.                                                                                                                    | Observou-se que o espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foi para esses jovens um local de busca de políticas socioassistenciais, de convivência, cidadania e autonomia.                                                                                                               |
| Sestren e Bueno (2024)     | Expor um relato de experiências, de uma orientadora social, relacionadas às atividades no SCFV de um CRAS, localizado na Grande Florianópolis-SC. Foi realizada a análise desse relato e a mediação entre o acontecimento e a realidade dos jovens.                                             | A partir da construção da identidade coletiva, todos tinham em comum uma resistência à violência simbólica, foi possível identificar que essa situação se tornou uma oportunidade para o fortalecimento dos laços comunitários.                                                                                |

Fonte: Autoria própria.

Dentro desse contexto, no estudo de Neves *et al.* (2024), os autores realizam a construção do artigo no Instituto Cultural e Esportivo Meu Futuro, uma Organização da Sociedade Civil, localizada em Guarulhos-SP. Nesse cenário, e com a abordagem qualitativa utilizada, baseada em uma revisão da literatura, foi concluída a necessidade de “fortalecimento de vínculos e a unificação de redes de proteção para garantia de direitos de crianças e adolescentes” (Neves *et al.*, 2024, p. 22). Em razão da ausência de oportunidades, perspectiva de vida e esperança para o futuro, os assistidos por essas organizações chegam ao ideal de oportunidades e condições sociais.

Outra pesquisa apresenta discussões semelhantes ao estudo anterior, como o trabalho de Gomes, Maheirie e Corrêa (2022). Foi feita a análise da experiência de estágio no SCFV junto

aos jovens residentes em regiões localizadas na periferia da cidade de Florianópolis-SC. O principal ponto elencado foi o grau de importância que o espaço oferecido pelo SCFV tem para as pessoas atendidas, além de servir como ambiente para escuta coletiva, como forma de aliviar as tensões, sofrimentos e traumas vivenciados pelos integrantes, utilizando a ferramenta da escuta grupal acolhedora.

Na visão de Sestren e Bueno (2024), outra observação sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvido na Grande Florianópolis-SC, foi que o público-alvo da pesquisa foram jovens com idades entre 12 e 18 anos em uma instituição de formação policial. Em concordância com a orientadora social e a corporação, a regra imposta pela instituição vetou o uso de boné no local, com o intuito de verificar a cultura cotidiana advinda dos jovens. Tal medida imposta repercutiu como uma violência simbólica em relação aos costumes, hábitos e cultura do grupo. Conclui-se, assim, a necessidade de desnaturalizar e desestabilizar formas de opressão vivenciadas pelo grupo e por pessoas que, na maioria das vezes, são atendidas pelo SCFV.

Um estudo desenvolvido por Silva (2023), durante o período de pandemia da COVID-19, relatou a realidade vivenciada por diversos jovens frequentadores do SCFV em São Leopoldo-RS, no ano de 2020. O artigo manifesta como as desigualdades foram mais acentuadas para os indivíduos das classes baixas e médias. Sob essa ótica, a autora observou o SCFV como um local de busca por políticas socioassistenciais e convivência entre os jovens atendidos. Carlos e Silva (2022) corroboram essa abordagem quando discutem a importância de ações educativas na área da educação não formal para crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Apontaram tais ações como guia para um bom trabalho realizado entre pedagogos e educandos.

Baccelli (2021) avaliou as contribuições do terceiro setor para o SCFV. O relato de experiência teve como objeto de estudo crianças e adolescentes com idades entre 6 e 12 anos e foi realizado no ano de 2018, na Baixada Santista-SP, em uma instituição não governamental prestadora de serviços assistenciais para a rede de PSB. Por conseguinte, verificou melhorias na qualidade de vida desse público, além de reforçar que as medidas adotadas pelo terceiro setor podem ser tão efetivas quanto as ações desenvolvidas pelo CRAS. Finalmente, a pesquisa de Minatel e Andrade (2020) robustece o aporte teórico acerca da importância da atuação de profissionais no processo de desenvolvimento, conscientização e transformação da realidade social. A atividade de pesquisa foi executada no interior do estado de Sergipe, sendo a prática analisada com 22 crianças, com idades entre 5 e 16 anos.

Dessa forma, os artigos atendem às orientações propostas pelo Governo Federal, de que o SCFV deve encorajar e orientar os usuários em suas histórias de vida e vivências individuais e coletivas, junto à comunidade e à família. No momento em que promovem a escuta, o processo de reconhecimento, a produção coletiva, o aprendizado e o ensino igualitário (Brasil, 2016).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa se caracteriza por utilizar uma abordagem qualitativa e quantitativa, denominada assim como quali-quantitativa ou mista (Sampaio, 2022, p. 27). No processo de um estudo qualitativo, o pesquisador estabelece um contato direto com o campo, isto é, com o ambiente e o objeto a ser analisado, buscando, assim, a compreensão do contexto. Já a pesquisa quantitativa requer a tradução dos dados numéricos para realizar a classificação e análise (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69-70).

A partir da visão de Sampaio (2022, p. 26), esta investigação é classificada como descritiva, pois esse tipo de estudo tem a finalidade de definir a realidade a ser investigada. Tal metodologia não permite que o investigador interfira nos fatos, mas apenas registre e descreva (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Esta investigação também pode ser considerada exploratória, pois tem como ponto de partida ampliar o conhecimento acerca do assunto a ser desenvolvido (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Vale mencionar que esses dois tipos de pesquisa se complementam, ou seja, a pesquisa descritiva acrescenta informações importantes para a pesquisa exploratória, permitindo que o investigador se aprofunde no objeto de estudo (Sampaio, 2022, p. 26).

A fim de definir as estratégias para atingir conclusões pertinentes, utilizou-se o método de estudo de caso, que consiste na coleta e esclarecimento dos resultados de forma mais aprofundada (Prodanov; Freitas, 2013, p. 60). Além disso, esse método pode ser considerado um estímulo para novas descobertas e investigações (Sampaio, 2022, p. 29). Vale destacar que o caso em estudo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo Centro Educacional Dom Bosco, em parceria com a SEMTAS. O recorte temporal compreende o período de 2020 a 2024, escolhido para estudo visando observar possíveis alterações no perfil dos assistidos durante e após o período pandêmico. Como procedimento metodológico, também se utilizou a triangulação de dados, que conta com diferentes métodos de coleta de dados, diferentes amostras e diferentes momentos no tempo para chegar às conclusões (Zappellini; Feuerschütte, 2015, p. 258).

Como técnica de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas e um levantamento de dados relativo ao perfil socioeconômico dos usuários do serviço. Esse levantamento foi realizado junto a uma representante administrativa da instituição em estudo. Quanto à entrevista, esta foi semi-estruturada, visto que houve um roteiro preparado previamente (Sampaio, 2022, p. 42). A entrevista, que foi gravada e transcrita *a posteriori*, ocorreu por meio de uma chamada de vídeo no aplicativo Google Meet, e foi realizada com a coordenadora do serviço no CEDB, às 9h20min do dia 16 de abril de 2025. O roteiro continha quatro perguntas, elaboradas com base nos dados pessoais, situação de moradia, escolaridade e informações familiares dos alunos (dados do perfil socioeconômico). Além disso, seguiu o que é proposto pela Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de forma que foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O roteiro de perguntas utilizado foi:

- a) Como você avalia o acesso e a permanência dos usuários?
- b) Existem iniciativas, durante as atividades realizadas no SCFV, voltadas para integrar o aluno, a família e a comunidade?
- c) Existe algum tipo de acompanhamento do desempenho escolar dos usuários?
- d) Quais iniciativas o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no Centro Educacional Dom Bosco, propõe para que os usuários se capacitem para gerar renda?

Já o levantamento de dados do perfil dos usuários teve caráter descritivo, pois buscou a caracterização da população atendida pelo CEDB, localizado na Zona Norte de Natal-RN.

Para a análise e interpretação, foram considerados os dados do levantamento e a entrevista concedida pela representante institucional. Essas informações foram analisadas conforme o método de tratamento e análise de dados, proposto por Sampaio (2022, p. 45), que inclui as etapas de seleção, codificação e tabulação. Ou seja, revisão de todos os dados coletados, transformação dos dados conforme uma classificação e agregação e, por fim, criação de gráficos e tabelas para melhor compreensão. A partir disso, com a interpretação, foram apresentados os resultados encontrados, respondido o problema de pesquisa e apresentadas as limitações.

**ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da coleta de dados, foi realizada a caracterização do perfil dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendidos pelo Centro Educacional Dom Bosco. Por meio do questionário e da entrevista realizada, as informações obtidas são apresentadas, para melhor compreensão, em forma de tabelas. Na sequência, a tabela expõe informações sobre o perfil dos alunos do Centro.

**Tabela 1 - Gênero, etnia e local de residência**

| <b>Quantidade de alunos: 761</b>                                                  |                    |                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Gênero Feminino: 351                                                              |                    | Gênero Masculino: 410 |
| <b>Quantidade de alunos nas seguintes faixas etárias:</b>                         |                    |                       |
| 6 e 7 anos = 29                                                                   | 12 e 13 anos = 157 | 14 e 15 anos = 203    |
| <b>Quantidade de alunos que se declaram como:</b>                                 |                    |                       |
| Branco = 92                                                                       |                    | Preto = 86            |
| Pardo = 463                                                                       |                    | Indígena = 120        |
| <b>Quantidade de alunos residentes em cada região administrativa de Natal-RN:</b> |                    |                       |
| Zona Norte = 757                                                                  |                    | Zona Oeste = 4        |

Fonte: Dados disponibilizado pelo Centro Educacional Dom Bosco (2024).

A Tabela 1 refere-se ao gênero, etnia e local de residência dos usuários atendidos. No Centro de Convivência escolhido, o SCFV é ofertado por meio de uma rede salesiana de ação social. Quanto à quantidade de alunos, o CEDB é responsável por atender 761 crianças e adolescentes, sendo a maioria dos alunos do sexo masculino (53,9%), conforme mostra a Tabela 1. Isso demonstra que, mesmo com as políticas públicas de assistência social para crianças e adolescentes, o trabalho é mais complexo devido a idade e exige cuidados específicos (Silva *et al.*, 2023a). O CEDB atende a um número expressivo do público infantojuvenil, principalmente para o bairro em que está localizado, Lagoa Azul. Isso pode ser caracterizado, como relatado

por Santos e Vasconcelos (2023), como um início das políticas públicas para que esse público-alvo tenha acesso aos serviços básicos.

Observa-se que a maioria dos indivíduos atendidos está na faixa etária entre 14 e 15 anos, com 203 (52,2%) alunos matriculados. Enquanto nos intervalos entre 12 e 13 anos e entre 6 e 7 anos, há respectivamente 157 (40,4%) e 29 (7,5%) estudantes. Isso pode indicar um foco nos adolescentes que estão iniciando o ensino médio e que almejam ingressar em universidades e no mercado de trabalho. Segundo Monteiro, Medeiros e Melo (2019), essa diferença entre as idades pode refletir um processo de maturação. Além disso, o resultado mostra que 463 (60,8%) alunos se identificam como pardos, seguidos pelos que se identificam como indígenas, que somam 120 (15,7%), brancos, com 92 (12,1%), e pretos com 86 (11,3%). Esses indivíduos, em sua maioria, residem na Zona Norte de Natal, que corresponde a 99,9% dos alunos atendidos, com 757 alunos, enquanto apenas 4 alunos (0,5%) moram na Zona Oeste. De acordo com Silva (2023), ser um jovem morador de um lugar em estado de vulnerabilidade social implica lidar com os estigmas presentes no senso comum, fazendo com que espaços como o SCFV se tornem importantes para os usuários.

A Tabela 2 apresenta os dados sobre moradia dos usuários atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado ao Centro Educacional Dom Bosco.

**Tabela 2 - Situação de moradia**

| Quantidade de alunos que moram em casa:     |                          |                          |
|---------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Cedida = 306                                | Alugada = 189            | Própria = 145            |
| Quantidade de alunos que moram:             |                          |                          |
| Com os pais = 487                           | Sozinho = 274            |                          |
| Quantidade de alunos que moram na casa com: |                          |                          |
| Quatro a seis pessoas = 328                 | Uma a três pessoas = 227 | Sete a nove pessoas = 96 |

Fonte: Dados disponibilizado pelo Centro Educacional Dom Bosco (2024).

Com base nas informações fornecidas pela tabela anterior, é possível verificar que a maioria dos alunos reside em casas cedidas, o que corresponde a 306 (47,8%) indivíduos. Segundo Nascimento e Curado (2017), isso significa que estão na categoria de alta

vulnerabilidade. Em seguida, estão os alunos que moram em casas alugadas, somando 189 (29,5%) usuários.

Quanto aos alunos que moram com os pais, esse número equivale a 487 (63,9%), sendo 274 (36,1%) os que moram sozinhos, mas são supervisionados por algum responsável que reside nas proximidades. Outro dado preocupante é o número significativo de adolescentes que moram sozinhos, o que sugere que, para muitos deles, o SCFV e os familiares próximos são suas únicas fontes de apoio e refúgio. Em relação à composição familiar, 328 (50,3%) alunos vivem em residências compostas por 4 a 6 pessoas. Em segundo plano, encontram-se as famílias com 1 a 3 (34,8%) pessoas, seguidas das que têm de 7 a 9 (14,7%) pessoas. Ao se avaliar o número de pessoas na mesma residência, observa-se um número expressivo, o que exige um trabalho social mais intenso e uma assistência eficiente para o usuário e sua família. Neves *et al.* (2024) concluem que um ambiente familiar exposto à vulnerabilidade social pode gerar consequências negativas para crianças e adolescentes.

Já a Tabela 3 demonstra a relação à escolaridade dos usuários atendidos pelo SCFV.

**Tabela 3 - Escolaridade**

| Quantidade de alunos que estudam em escola:                                |               |                 |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------|-----------------|
| Municipal = 169                                                            | Estadual = 54 | Particular = 47 |
| Quantidade de alunos que estudam nos turnos:                               |               |                 |
| Matutino = 411                                                             | Noturno = 350 |                 |
| Quantidade de alunos com pais que têm o ensino fundamental completo: 341   |               |                 |
| Quantidade de alunos com pais que têm o ensino fundamental incompleto: 112 |               |                 |
| Quantidade de alunos com pais que não teve escolaridade: 48                |               |                 |
| Quantidade de alunos que ingressaram no CEDB nos anos de:                  |               |                 |
| 2020 = 42                                                                  | 2021 = 61     | 2022 = 108      |
| 2023 = 380                                                                 | 2024 = 170    |                 |

Fonte: Dados disponibilizado pelo Centro Educacional Dom Bosco (2024).

O cenário encontrado na tabela anterior revela que a maioria dos alunos está cadastrada em alguma instituição de ensino. São 169 (62,6%) usuários matriculados na rede municipal, seguidos por 54 (20%) na rede estadual e apenas 47 (17,4%) na rede particular. Embora o foco do serviço seja o público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade social, 15% dos atendidos não pertencem a esse grupo.

Entre os estudantes mencionados, 411 (54,1%) frequentam o turno matutino, enquanto 350 (45,9%) estudam no turno noturno. Quanto ao nível de escolaridade dos responsáveis pelos indivíduos atendidos, 341 (68,1%) possuem o ensino fundamental completo, 112 (22,4%) têm o ensino fundamental incompleto e 48 (9,5%) não possuem escolaridade.

No que se refere à quantidade de alunos inseridos no Centro Educacional Dom Bosco, em 2020 houve o ingresso de 42 (5,5%) usuários; em 2021, registrou-se um acréscimo de 19 alunos, totalizando 61 (8,0%). Nos anos seguintes, os números de ingressantes foram: 108 (14,2%) em 2022, 380 (50%) em 2023 e 170 (22,3%) em 2024.

As informações obtidas acerca da quantidade de usuários cadastrados em instituições de ensino são relevantes, pois, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), uma das finalidades do SCFV é garantir a introdução, a inserção e a permanência de crianças e adolescentes no sistema educacional e no mercado de trabalho. A escolaridade dos pais ou responsáveis também influencia diretamente no processo de aprendizagem dos usuários atendidos, uma vez que podem auxiliá-los em atividades educativas fora do ambiente escolar.

Assim, quando os responsáveis possuem ao menos o nível básico de escolaridade, tornam-se capazes de contribuir com as tarefas escolares, respeitando os limites de atuação do SCFV, que não tem como foco a realização de atividades pedagógicas, a fim de evitar sobreposição às ações específicas da assistência social (Perguntas Frequentes – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2017).

No que diz respeito à quantidade de alunos que ingressaram no CEDB, os anos de 2020, 2021 e 2022 apresentaram crescimento progressivo, com 42, 61 e 108 alunos, respectivamente. Entre os anos analisados, 2023 foi o período com o maior número de participantes no serviço ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social e pela instituição, contabilizando 380 indivíduos.

É importante destacar que, entre os anos de 2021 e 2023, o Brasil enfrentava o período pós-pandemia da COVID-19, o que pode ter contribuído para o aumento da demanda por atendimento na instituição Dom Bosco. Conforme Silva (2023), a paralisação dos serviços básicos durante a pandemia de COVID-19 afetou e fragilizou ainda mais a vida das pessoas

assistidas pelo SCFV. No ano de 2024, o número de alunos atendidos foi de 170, inferior ao registrado no ano anterior, porém superior ao total verificado nos três primeiros anos do período analisado.

A Tabela 4 tem como foco os familiares dos usuários, relacionando a renda e o benefício fornecido pelo programa social Cadastro Único (CadÚnico).

**Tabela 4 - Renda familiar**

|                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Quantidade de alunos com renda familiar entre R\$ 200,00 e R\$ 500</b>        | <b>108</b> |
| <b>Quantidade de alunos com renda familiar entre R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00</b>   | <b>396</b> |
| <b>Quantidade de alunos com renda familiar entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.500,00</b> | <b>198</b> |
| <b>Quantidade de famílias que participam do Cadastro Único (CadÚnico)</b>        | <b>559</b> |

Fonte: Dados disponibilizado pelo Centro Educacional Dom Bosco (2024).

Nesse contexto (Tabela 4), observa-se que grande parte dos usuários atendidos (56,4%) pelo SCFV possui renda familiar entre R\$600,00 e R\$1.000,00. Outro dado relevante é que 559 (73,5%) indivíduos recebiam o auxílio disponibilizado por meio do CadÚnico. A Política Nacional de Assistência Social destaca que a Proteção Social Básica visa principal atender pessoas em situação de pobreza, ausência de renda e fragilização dos vínculos afetivos (MDS, 2004).

Os indivíduos atendidos pelo SCFV, realizado no CEDB, pertencem a famílias que recebem menos de um salário-mínimo e que, muitas vezes, contam exclusivamente com os programas sociais do Governo como fonte de renda. As atividades desenvolvidas com os alunos possibilitam um melhor desenvolvimento social, contribuem para a redução da vulnerabilidade e favorecem a permanência dessas crianças e adolescentes no sistema educacional. À medida que os adolescentes avançam na idade, muitos são encaminhados para o programa Jovem Aprendiz, adquirindo formação técnica que facilita o ingresso no mercado de trabalho e a geração de renda para auxiliar nas despesas familiares.

Diante do exposto, também foi realizada uma entrevista semiestruturada composta por quatro perguntas. A primeira abordava a assiduidade dos alunos. A entrevistada relatou que havia uma boa frequência por parte dos participantes; entretanto, devido à obrigatoriedade de estarem matriculados em instituições de ensino regular, e ao fato de a maioria das escolas ter aderido ao modelo de ensino em tempo integral, houve um declínio no número de usuários

atendidos. Como medida de enfrentamento, foram realizados mutirões de matrícula. Apesar dessa estratégia, ainda ocorrem desistências, motivadas por evasão escolar ou situações familiares como pais separados. Vale mencionar que conforme o documento intitulado “Perguntas Frequentes do SCFV” (Brasil, 2022), relata que com a ausência dos usuários no serviço é importante que se faça uma revisão de práticas metodologias que estão sendo executadas pelo CEDB. Mesmo assim, o CEDB, em parceria com o Sistema Único de Assistência Social do município, continua atuando para alcançar o quantitativo ideal de 700 crianças e adolescentes atendidos.

A segunda pergunta refere-se à situação de moradia dos alunos. Ao comentar essa questão, a entrevistada afirmou que, no Centro Educacional Dom Bosco, além do SCFV, existem mais duas frentes de atuação: a formação profissional e o programa Jovem Aprendiz. A família torna-se mais participativa quando inicia uma formação profissional, buscando a capacitação de pais e responsáveis por meio de cursos, para inseri-los no mercado de trabalho e, assim, possibilitar uma fonte de geração de renda. Os cursos oferecidos incluem capacitações em cozinha técnica, costura industrial e panificação. Após atingirem a idade limite para permanência no oratório, a instituição realiza um trabalho adicional, indicando esses indivíduos para continuidade no CEDB por meio do programa Jovem Aprendiz. Cabe mencionar que existem grupos de SCFV com outras faixas etárias (Brasil, 2022).

A terceira pergunta abordava o desempenho escolar dos usuários. A entrevistada relatou que o SCFV atua por meio de oficinas artísticas, pedagógicas e esportivas, com um acompanhamento constante. Esse acompanhamento ocorre por meio de diálogos e orientações entre alunos e educadores do serviço, e entre os professores e as famílias. Para o Centro Educacional Dom Bosco, o estudo é considerado a principal responsabilidade dos usuários. Reafirmando a missão do serviço que desde sua criação é a inserção, reinserção e permanência dos usuários no sistema educacional (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009).

Por fim, a quarta pergunta foi: “Quais iniciativas o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no Centro Educacional Dom Bosco, propõe para que os usuários se capacitem e gerem renda?” A respondente afirmou que, como mencionado anteriormente, a instituição oferece cursos profissionalizantes justamente com esse objetivo, buscando amenizar a situação de vulnerabilidade enfrentada pela maioria do público infantojuvenil.

Dessa forma, evidencia-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolve um trabalho significativo junto à população em situação de vulnerabilidade social,

sobretudo no Conjunto Gramoré, localizado no bairro Lagoa Azul, o segundo maior bairro, em termos populacionais, da Zona Norte de Natal/RN. No Centro Educacional Dom Bosco, a educação integral, por meio da arte, do esporte e do lazer, proporciona aos usuários oportunidades de ascensão social, fortalecimento da cidadania, solidariedade e preparação para o mercado de trabalho. Ademais, a instituição oferece refeições diárias aos participantes, bem como atividades esportivas, culturais e recreativas, reafirmando as observações de Baccelli (2021) e Silva (2023), que destacam o SCFV como um espaço de transformação social, sustentado por parcerias entre o terceiro setor e o município, garantindo a promoção dos direitos de crianças, adolescentes e da população civil em geral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o SCFV, executado no Centro Educacional Dom Bosco, no período de 2020 a 2024. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Realizou-se uma triangulação de dados, concluída por meio da análise das entrevistas e dos questionários aplicados.

As crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV caracterizam-se por estarem em situação de vulnerabilidade social ou de risco, terem entre 6 e 17 anos, estarem matriculados em instituições de ensino regular e residirem na Zona Norte de Natal, sendo o serviço ofertado prioritariamente àqueles que vivem nas proximidades do Centro Educacional Dom Bosco.

A partir dos resultados obtidos, observou-se um número expressivo de crianças e adolescentes atendidos, especialmente na faixa etária entre 14 e 15 anos, o que demonstra um interesse significativo pela transformação de vida. Esse interesse é estimulado pela permanência no sistema educacional e pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Além disso, o SCFV, em parceria com a Assistência Social do município de Natal, representa um avanço na atuação do CRAS, enfrentando os desafios da realidade local e fortalecendo os vínculos comunitários.

A análise dos resultados também destacou a evasão de participantes, causada, principalmente, pela obrigatoriedade da matrícula em escolas de tempo integral ou por questões familiares. Tal situação exige maior atenção dos educadores para alcançar o número ideal de participantes do público-alvo. Ressalta-se, assim, o papel fundamental da educação como agente de transformação da realidade dessas pessoas, bem como a importância das frentes de

capacitação profissional oferecidas pela instituição, que possibilitam geração de renda para o público juvenil.

Entre os principais pontos a serem trabalhados estão a ampliação da oferta de vagas para o serviço na região e arredores, o estímulo à permanência das crianças e adolescentes no projeto até o final de sua duração e o incentivo à criação de novas oportunidades no mercado de trabalho, tanto para os jovens quanto para seus familiares.

Em relação às limitações do estudo, observou-se uma amostra reduzida em comparação ao universo de pesquisas que tratam do SCFV em termos de perfil dos usuários e características regionais. Ainda assim, os resultados obtidos são relevantes para a instituição, pois contribuem para a melhoria na prestação dos serviços. Além disso, a população atendida tem a oportunidade de compreender melhor como se dá a efetivação dos direitos sociais por meio da atuação da instituição.

Evidentemente, o estudo demonstra como a Política Pública de Assistência Social atua na intervenção frente à vulnerabilidade dos indivíduos, garantindo a efetivação de seus direitos. Recomenda-se a realização de novos estudos na área da assistência social, com foco no SCFV, bem como o estímulo a práticas de gestão participativa entre gestores, comunidade e terceiro setor. Por fim, é essencial ampliar essa pesquisa, de modo que novas perspectivas e abordagens metodológicas sejam exploradas.

## REFERÊNCIAS

ALCARRIA, Emillyn Rodrigues; COSTA, Amanda Ferreira; MARTINS, Tayná Ceccon. A atuação do profissional de psicologia no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, [S.l.], v. 30, n. 2, 2022. DOI: 10.25110/akropolis.v30i2.8307. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/akropolis/article/view/8307>. Acesso em: 15 ago. 2024.

AVELAR, Ângela Perpétuo. Importância dos jogos e brincadeiras na construção do sujeito, no desenvolvimento da aprendizagem nos grupos dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos do centro de referência de assistência social-CRAS. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, [S.l.], v. 45, n. 39, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/15403>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BACCELLI, Marcela Silva. O terceiro setor e sua contribuição para a garantia de direitos sociais: relato de experiência. **Humanidades em Perspectivas**, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 103-114,

2021. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1245>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BORTOT, Camila Maria; MOURA, Kethlen Leite de. Projeto de Educação para a Infância na América Latina e no Caribe: com foco na infantilização da pobreza e na intersetorialidade. **Série-Estudos**, [S.l.], v. 28, n. 63, p. 111-136, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v28n63/1414-5138-sest-28-63-0111.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BOSCO, São João. **Memórias do oratório de São Francisco de Sales: 1815 - 1855**. Brasília: Editora Dom Bosco, 2012. Disponível em: <https://colegiodocarmo.com.br/uploads/Mem%C3%B3rias%20do%20Orat%C3%B3rio%20de%20S%C3%A3o%20Francisco%20de%20Sales.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. 2009 (On-line). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as Políticas Públicas para a Primeira Infância. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm). Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência.** 2010 (On-line). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_crianças\\_famílias\\_violências.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf). Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2016 (On-line). Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf). Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Perguntas Frequentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília-DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas\\_frequentes\\_SCFV\\_2022.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf). Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. **Perguntas Frequentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/perguntas\\_e\\_respostas/PerguntasFrequentesSCFV\\_032017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** 2006 (On-line). Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriançasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf). Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução n.º 13, de 13 de maio de 2014.** Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 7 jul. 2024.

CARLOS, Leonice Leite; SILVA, Ana Lucia Ferreira. Reflexões sobre uma proposta pedagógica para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. **Org & Demo**, [S.l.], v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/13772>. Acesso em: 17 ago. 2024.

CRAUZER, Marline. **Plano de intervenção**: inserção de políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes no Município de Laranja da Terra. 2023. 10 f. Artigo (Especialização em Gestão Pública) - Instituto Federal do Espírito Santo, Afonso Cláudio, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3869>. Acesso em: 20 maio 2024.

DIAS, Luciana Silva; LIMA SEVERO, José Leonardo Rolim. O planejamento didático na atuação de pedagogas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em João Pessoa-PB. **Revista Educação & Formação**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 133-149, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5858/585865624008/585865624008.pdf>. Acesso em: 03 de ago. 2024.

DOM BOSCO, Centro Educacional. **Relatório Anual do Oratório**. Cidade: Natal, Gramoré, 2023. Acesso em: 15 jul. 2024.

FERRAZ, Damiane Soares; BARRIA, Vivian Silva. Atuação do serviço social na proteção social básica na pandemia. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41293>. Acesso em: 03 ago. 2024.

GODOY, Kathia Regina Galdino; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade Afetiva nos Atendimentos do CREAS: As Percepções das Famílias. **Revista Polis e Psique**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 143-167, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/111681/89411>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GOMES, Marcela Andrade; MAHEIRIE, Kátia; CORRÊA, Bruna. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhimento e subjetivação política. **Psicologia em Estudo**, [S.l.], v. 27, p. e47375, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/W7QtDsWyWXJcygBQdR9xkRP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2023 (On-line). Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1bCPHMx\\_KVNYHUPRU8mFjpoqfFtpbQrSd/view](https://drive.google.com/file/d/1bCPHMx_KVNYHUPRU8mFjpoqfFtpbQrSd/view). Acesso em: 04 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

LIMA, Vitória *et al.* A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil: uma reflexão sobre os conceitos de vulnerabilidades e de riscos sociais. *In: ANAIS DO 1º CONGRESSO INTERNACIONAL CIÊNCIA E SOCIEDADE*, 2023, Teresina. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cics-2023/trabalhos/a-politica-nacional-de-assistencia-social-pnas-no-brasil-uma-reflexao-sobre-os-c-2?lang=pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LUZIA, Erika Leite Ramos de; LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho. CREAS: concepções de violações de direitos e os caminhos do trabalho social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], v. 146, n. 2, p. e6628317, 2023. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/Projeto%20V%C3%ADnculos/Box%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final/2.SCFV\\_0a6anos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Projeto%20V%C3%ADnculos/Box%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final/2.SCFV_0a6anos.pdf). Acesso em 28 jun. 2024.

MEDEIROS, Thaisa Eduarda Sales. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes no Município de Naviraí**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8141>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MINATEL, Martha Moraes; ANDRADE, Livia Costa de. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a terapia ocupacional: um relato de experiência na construção da cidadania e participação social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.l.], v. 28, p. 309-329, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/YhVz4ScnVhQXs5XZh6kB5cQ/?lang=pt#>. Acesso em: 17 ago. 2024.

NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto; CURADO, Fabiana Fleury. Questionário PAIF (Programa de Atenção Integral à Família): uma ferramenta de análise de vulnerabilidade social. **Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 16–24, 2017. DOI: 10.20873/uft.2359-3652.2017v4n3p16. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3425>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, Raissa Santos. **A oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos por organizações da sociedade civil e pelo poder público no Distrito Federal**. 2023. 146 f. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) - Instituto Federal do

Espírito Santo, 2023. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7740>. Acesso em: 7 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Crianças**. 2019 (On-line). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos,-Foi%20ratificado%20por%20196%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 18 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza Multidimensional na Infância e na Adolescência**. 2022 (On-line). Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef\\_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia\\_2022.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia_2022.pdf). Acesso em: 27 maio 2024.

PÊGO, Carolina Gouveia; SILVA, Fernanda Cristina da; SOUZA, Rosangela Gomes da Mota de. Sistema Único de Assistência Social e a inserção da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.l.], v. 31, p. e3392, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbt/a/Z8xYzqCgD6GrZxc5Y8WKcTD/?lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2024.

PEIXOTO, Fernando Campos; VERAS, Cesar Augusto; BORGES, Pedro Pereira. Dom Bosco: notas para um olhar integral em vista da promoção dos “pobres” e “marginalizados”. **Multitemas**, [S.l.], v. 28, n. 68, p. 189–207, 2023. DOI: 10.20435/multi.v28i68.3651. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/3651>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PROJETO VÍNCULOS UNIDOS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ciclo de vida 0 a 06 anos: diretrizes e práticas**. 2024 (On-line). Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/Projeto%20V%C3%ADnculos/Box%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final/2.SCFV\\_0a6anos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Projeto%20V%C3%ADnculos/Box%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final/2.SCFV_0a6anos.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. Santa Maria: UFSM, CTE, UAB, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD\\_Metodologia\\_da\\_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTOS, Amanda Ferreira *et al.* Assistência social: o olhar do usuário mediante a garantia dos direitos no CRAS Zumbi-Cachoeiro de Itapemirim-ES. **Revista Direito, Desenvolvimento e Cidadania**, [S.l.], v. 2, n. 1, 2023.. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/revistadireitodesenvolvimento/article/view/1120>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SANTOS, Hanna Caroline de Santana; VASCONCELOS, Joilson. Políticas Públicas Educacionais e a Responsabilidade Estatal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.l.], v. 9, n. 5, p. 2649–2658, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i5.10010. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10010>. Acesso em: 18 maio 2024.

SESTREN, Luiza Jaques; BUENO, Gabriel. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reXistências por via do acontecimento. **Psicologia USP**, [S.l.], v. 35, p. e200115, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s4BdixDhykd8NJ5f9spV3vC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SILVA, Ana Paula Neves *et al.* Uma chance para o amanhã! A prática da Psicologia Social e Comunitária no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Organização da Sociedade Civil (OSC) do Terceiro Setor em Guarulhos/SP. **Brasil Para Todos-Revista Internacional**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 16-24, 2023a. Disponível em: [https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais\\_Sem\\_Int\\_Etn\\_Racial/article/view/972/922](https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais_Sem_Int_Etn_Racial/article/view/972/922). Acesso em: 7 jul. 2024.

SILVA, Gabrieli Oliveira. Táticas desenvolvidas por educadoras e jovens de periferia para enfrentar os desafios causados pela pandemia. **Cadernos de Pós-graduação**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 53-65, 2023. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/cadernosdepos/article/view/23029/10257>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SILVA, Jéssica Araújo *et al.* As Políticas da Criança e do Adolescente no Brasil. **Enepcp**, 2023b. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/180/128>. Acesso em: 20 maio 2024.

TAKEITI, Beatriz Akemi *et al.* O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? **Saúde e Sociedade**, [S.l.], v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Zcthz7c6WVgp4gRJRvP5Kj/?lang=pt>. Acesso em: 27 maio de 2024.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: ensino e pesquisa**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556754005.pdf> Acesso em: 27 de abr. de 2025.